

Assembleia Popular "**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO  
COMPLEXO ZATTAR**"

**CARTA DA TERRA**

O conflito fundiário generalizado instalado no território do município de Pinhão-PR iniciou-se no final da década de 1940, quando as Indústrias João José Zattar S/A chegaram no local, ocupando uma grande área (superior a 70.000 hectares) com o objetivo de estabelecer uma serralheria para extração das madeiras nativas, como araucária e imbuia, e principalmente a partir de 1970, quando a empresa, para além desta fazenda, se expande e adquire grande quantidade de terras habitadas por população rural dos faxinais, as quais possuíam ocupação antiga sobre aquelas terras. Esta aquisição se deu mediante práticas violentas, tais como a imposição de contratos de arrendamento, ameaças diretas e agressões praticadas pelos guardas contratados pela empresa, com vasto registro de crimes tais como a queima de casas, assassinatos e outras coações para que a população local deixasse suas terras.

Na própria biografia autorizada do fundador da empresa Zattar, Sr. Miguel Zattar, intitulada “Madeira de Lei” (2008), é registrado que a empresa chegou a ser proprietária da maior parte das áreas do município de Pinhão-PR, chegando a ter sete mil escrituras, as quais, segundo a própria biografia, teriam sido adquiridas mediante a imposição aos moradores locais de contratos de venda de pinheiros dos quais na realidade decorria a venda das terras. Isto é, a população, que era de maioria analfabeta, assinava contratos confiando que estava vendendo árvores, mas na verdade estava abrindo mão de suas posses/propriedades. Esse processo configura grilagem e persistiu desde a década de 1950 até finais da década de 1980.

Estes crimes praticados no território de Pinhão-PR configuram o conflito fundiário local e foram registrados em boletins de ocorrência policial, em relatórios realizados em Comissão Especial instaurada na Assembleia Legislativa do Paraná em entre 1991 e 1992, bem como em relatórios do Programa Especial de Regularização Fundiária no Município de Pinhão no âmbito ITCG, chamada Equipe ELEPIÃO, criada em 1993.

Mesmo diante de atuações e denúncias ao longo de décadas, uma grande parte dos conflitos fundiários se perpetua no município de Pinhão. Processos de reintegração de posse têm andamento sem a busca pela regularização fundiária, direitos fundamentais são negados e uma grande parte da população rural do município de Pinhão permanece como posseira, como é o caso das famílias que habitam o “Faxinal dos Ribeiros”. As famílias rurais da região convivem com os riscos de viver outra expropriação, assombrados pelo recente trauma do despejo da comunidade do Alecrim (2017). A perpetuação das ameaças se verificam pelo andamento de dezenas de ações judiciais de reintegração de posse, quase a totalidade em litígios movidos pela empresa Zattar, a qual detém título de propriedade das áreas, conforme registrado na tese publicada em 2023 pela pesquisadora Thais Giselle Diniz Santos do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR.

Extensas e aprofundadas pesquisas da área da antropologia registram que a região é povoada por diversas categorias de povos tradicionais, principalmente faxinalenses, mas também quilombolas e indígenas,

os quais na luta coletiva pela terra e contra a violência se reconhecem também enquanto posseiros, camponeses trabalhadores rurais Sem Terra e caboclos. Estas famílias rurais historicamente violadas em seus direitos à terra, ao território, à cultura e à existência digna, muitas com histórico familiar de expulsão de terras tradicionalmente ocupadas desde a Guerra do Contestado, enfrentaram períodos de extremada violência quando grupos ligados à Igreja Católica e ao Movimentos Sociais estiveram presentes no auxílio, socorro e mobilizações coletivas que garantissem a permanência nas terras comuns

Diante disso, é importante notar que a opção por buscar o acesso às terras ocupadas com tradicionalidade mediante, por exemplo, o Movimento dos Posseiros, o MST, ou outros processos organizativos, não exclui os direitos específicos, principalmente direitos territoriais, atrelados aos povos e comunidades tradicionais, os quais, ainda, podem se conjugar às diferentes políticas formais de acesso à terra, como a reforma agrária. Encontram-se estas possibilidades em Pinhão-PR, onde em uma mesma família pode existir o reconhecimento como faxinalense e quilombola, com organização histórica ao redor do movimento de posseiros e ao redor do MST, tudo isso no mesmo caso e comunidade. Sendo assim, os direitos territoriais e a identidade diferenciada se destacam, independente da forma de garantia do acesso à terra.

Atualmente, a região conta com diversas frentes de luta pela terra. Há posseiros que buscam sua regularização fundiária via usucapião. Por outro lado, há também o esforço da Associação local em negociar áreas de assentamento junto ao INCRA. Uma terceira frente de regularização do território compreende os povos faxinalenses. E, por fim, a região é marcada pela presença de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esta realidade diz respeito a processos diferenciados de territorializações, dos quais surgem propostas distintas de acesso à terra, mas que podem se coadunar em uma solução coletiva que abarque a diversidade territorial e respeite o direito à autodeterminação das populações locais, permitindo a criação de assentamentos diferenciados com enfoque nos direitos territoriais e na sociobiodiversidade, assim como ARESURs (Áreas Especiais de Uso Regulamentado – territórios do Sistema Faxinal) ou o próprio reconhecimento de usucapião.

Ante o exposto, após décadas de conflito, exploração e expropriação, os povos tradicionais e Sem Terra que ocupam o vasto território unem-se no intuito de encontrar possíveis soluções, as quais perpassam necessariamente pela atuação comprometida e contundente do Poder Público, seja por meio de regularização fundiária ou de implantação de políticas públicas de reforma agrária, conforme o uso e ocupação da terra desenvolvido pelos ocupantes.

Nesse sentido, apresentamos as seguintes propostas buscando solução integral e definitiva para o conflito fundiário:

- 1) Criação de um Grupo de Trabalho composto por: a) 1 (um) representante de cada frente de lutas (faxinalenses, quilombolas, Sem Terras, posseiros, agricultores familiares); b) 1 (um) representante da Comissão de Conflitos Fundiários do TJPR; c) 1 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná; d) 1 (um) representante de universidade pública; e) 1 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALEP; f) 1 (um) representante da Terra de Direitos; g) 1 (um) representante da assessoria Jurídica das frentes de lutas; h) 1 (um) representante do

Estado do Paraná; i) 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado; j) INCRA com a missão de coordenar o GT.

- 2) Que o setor de terras do IAT – Instituto Água e Terras apresente relatório com documentos e atuações realizadas no antigo ITCG do Paraná em relação às terras de Pinhão-PR e aos conflitos fundiários locais;
- 3) Que o INCRA realize o levantamento da cadeia dominial de todas as matrículas de propriedade da madeireira Zattar.
- 4) Que o INCRA junto ao GT, com apoio de pesquisadores, atualize o mapa social do complexo Zattar, identificando as diferentes formas de ocupações do território, apresentando um projeto estrutural de regularização e desenvolvimento que busque garantir renda, desenvolvimento humano pleno, infraestrutura social, com preservação ambiental, em harmonia com a diversidade cultural existente no território.
- 5) A violência utilizada na destruição da comunidade do Alecrim, pelo latifúndio e pelo aparato do estado, é a mesma que violenta diariamente as famílias que vivem, trabalham e produzem a décadas nestas terras. O Alecrim é nossa história, nossa vida, nosso futuro. Por isso, nossas comunidades decidiram através de mutirão, reconstruir a igreja e todos os espaços comunitários.

Alecrim Vive!!

Rregularização já!!

Terra repartida, produzindo alimentos e cuidando da natureza!!

Coordenação dos Faxinalenses, Quilombolas, Posseiros, Sem Terra, Agricultores familiares.

Pinhão, 11 de Maio de 2023.